

CAPÍTULO 17

PATRIMÔNIOS DE “CIMA PARA BAIXO”: A EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE NOS DILEMAS DO CAMPO DO PATRIMÔNIO

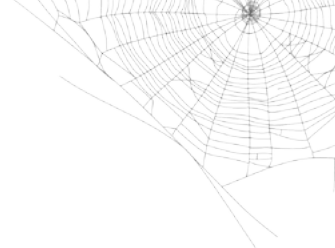
DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcdma17>

Marcelo de Almeida Buosi

Christiane Heloisa Kalb

SUMÁRIO

The background of the cover is a photograph of a landscape with a large spiderweb overlaid on it. The spiderweb is white and intricate, covering the entire scene. In the foreground, there are several people, some of whom are looking towards the camera. The landscape in the background shows rolling hills and a cloudy sky. The overall color palette is warm, with shades of orange, yellow, and brown.



INTRODUÇÃO

O crescimento populacional e econômico, predominantemente nas sociedades capitalistas, focou na acumulação de lucros e no consumismo. Ao mesmo tempo, as cidades não vêm dando o devido valor aos danos sociais e ambientais decorrentes dessa atividade, incluindo nisso os danos causados aos patrimônios locais que advêm de “culturas tradicionais”¹. Estas sociedades, também chamadas de pós-modernas, pós-industriais ou contemporâneas se caracterizam pela crença de que o progresso científico e tecnológico e o capital econômico, impulsionados pelas forças de mercado, substituiriam integralmente o capital natural – subentendido como todo o recurso ambiental e cultural – o salvando de eventuais danos. Esse suposto progresso aliado a uma ideia de espetáculo produz consequências que vêm sendo sentidas, particularmente, em cidades que possuem culturas ditas ‘tradicionais’. Estas cidades, as quais podemos destacar no estado catarinense Joinville e Florianópolis, dentre outras, fazem de sua cultura tradicional, a saber, germânica e açoriana², respectivamente, um eixo do mercado turistificável à parte. Esse mercado da cultura se espetaculariza através da valorização de certos patrimônios, fazendo esquecer outros que não se encaixariam dentro do tradicionalismo esperado.

Nos últimos dois séculos, as populações de modo geral têm migrado vertiginosamente para as áreas urbanizadas, ou melhor, para os centros urbanos. E isso tem ocasionado, em primeiro plano, um abandono das áreas ruralizadas ou de pesca artesanal, mas também, e não menos importante, conseqüentemente, uma concentração de pessoas nas cidades, em áreas cada vez mais urbanizadas.

Nossa preocupação neste estudo é discutir como o pensamento complexo pode auxiliar no entendimento das formas com que os grupos de poder escolhem e selecionam certos patrimônios para serem preservados e deixam outros serem esquecidos ou engolidos pela urbanização contemporânea. Além disso, buscamos analisar como as culturas locais e seus patrimônios respondem à expansão dos centros urbanos na urbe contemporânea, tomando como enfoque duas cidades catarinenses, Joinville e Florianópolis. Para o debate levantamos a noção de patrimônio a partir da narrativa de sustentabilidade, destacando problemáticas do/ao campo do patrimônio que podem ser melhor entendidas pelo pensamento complexo.

É importante mencionar que a construção deste estudo teve origem em uma disciplina ministrada pelo prof. Dr. Sérgio Boeira, no Programa Interdisciplinar

1 Queremos dizer com Cultura tradicional, todo um sistema de pensamento e de crenças, onde se remonta a determinado passado, que com o tempo são retroprocessados ou ressignificados e dão lugar a outras formas de pensamento e expressões culturais transformadas. A transformação sofrida por esse sistema se mantém em razão de uma aceitação generalizada.

em Ciências Humanas, da UFSC, intitulada “Tópicos Especiais em Assuntos Interdisciplinares – Abordagens do campo de estudos da complexidade: ênfase sobre a perspectiva de Edgar Morin”, cursada pelos autores no 1º semestre de 2016. Esta disciplina nos inspirou a unir certos recortes de nossas pesquisas de Doutorado em Ciências Humanas (Kalb)² e Mestrado Profissional em Administração³ (Buosi) às temáticas abordadas em sala.

Na primeira parte do capítulo, abordamos problemáticas vislumbradas no campo do patrimônio quando se analisa as formas de escolha e seleção dos patrimônios locais, especialmente elencando dois casos: os grupos empoderados politicamente na cidade de Joinville e na cidade de Florianópolis. Num segundo momento aprofundamos esta problemática a partir da retórica da sustentabilidade, que nos possibilita pensar o patrimônio como tema complexo por si mesmo, e que deve tomar distância dos discursos homogeneizantes ou essencialistas. Na última parte, alinhamos a problemática do patrimônio à ideia do conhecimento do sujeito como uma forma de sensibilidade criada, dentre outros aspectos, a partir de sua própria cultura e das representações simbólicas, desenvolvidas em meio à racionalidade e à afetividade. Por fim, concluímos por ora que se o poder de escolha e seleção dos patrimônios locais continuar surgindo de “cima para baixo”, deixando de valorizar as escolhas não-oficiais técnica ou politicamente realizadas, a noção de patrimônio continuará sendo um campo elitista e de parca análise verdadeiramente complexa, epistemologicamente falando.

PATRIMÔNIO – CONCEITOS E PROBLEMÁTICAS

A espetacularização das cidades é tema que vem sendo discutido já desde o início dos anos 1990. É um assunto atrelado ao reconhecimento do lugar como uma questão que atinge todas as cidades que se preocupam de alguma forma com o seu patrimônio – seja a partir da atividade turística, seja resgatando o orgulho de seus habitantes pela cidade a ser preservada ou por meio de fundações culturais, comissões de patrimônio, órgãos gestores do turismo e da cultura, enfim, pela agenda pública que molda e ressignifica a cidade a partir de um ideal identitário.

Cecília Londres (2004) explica em seus termos essa situação, pois as criações humanas são identificadas como patrimônio cultural de um grupo social, seja

2 Kalb trabalhou em sua tese de doutorado (2013-2017), desenvolvida na UFSC, as políticas públicas de nível municipal do campo do patrimônio que se preocupam com os processos de patrimonialização e judicialização. Tendo como um caso paradigmático o Cine Palácio de Joinville, SC.

3 Buosi vem trabalhando em sua dissertação de mestrado profissional em administração, iniciado recentemente na Udesc, com problemáticas urbanas ligadas ao transporte público de passageiros na cidade de Florianópolis.

ele uma pequena comunidade, seja uma tribo indígena, uma nação ou mesmo a humanidade. Depende, como bem observa o antropólogo Antônio Augusto Arantes, mencionado por Londres (2004, p. 22), “tanto de critérios de valoração internos ao grupo quanto de critérios externos, formulados por especialistas e por agentes do estado”. A criação de espaços públicos de interlocução municipal como, por exemplo, os conselhos de patrimônio, é fundamental para que essas diferentes perspectivas possam ser explicitadas, discutidas e negociadas de forma democrática. É a gestão compartilhada que envolve técnicos e população.

No entanto, a gestão do patrimônio das cidades e a sua espetacularização que deveria ser compartilhada, na realidade, fica nas mãos de pessoas *experts*, com conhecimento técnico e especializado, sendo consideradas aptas para fazer escolhas, especialmente concernentes ao tombamento e ao inventário de bens culturais. No caso de Joinville, as escolhas advêm da Comissão de Patrimônio, chamada de COMPHAAN (Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville), criada na década de 1980, atualmente respondendo à Secretaria de Cultura e Turismo – Secult, formada por 18 membros representantes, metade deles da sociedade civil e, a outra metade, do poder municipal. Florianópolis, diferente da Comphaan de Joinville, possui um departamento estritamente formado por funcionários públicos municipais chamado Serviço de Patrimônio Histórico – SEPHAN, dentro do IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis que realiza as decisões sobre preservar ou não os bens culturais da capital catarinense.

Entretanto, questiona-se até que ponto as escolhas acolhem todos os grupos sociais viventes nessas cidades. E mais: para quem se escolhe os patrimônios das cidades? Ou ainda, por que conservar, se se problematiza com base no ideal sustentável que se discursa nas agendas políticas atuais, já que pela acumulação de todas essas realizações e de todos os traços, trata-se de construir uma imagem da identidade humana de determinados locais: um espetáculo à venda a partir de tombamentos elitistas e inventários que ainda vêm de “cima para baixo”?

Um dos problemas enfrentados na contemporaneidade tem sido a ineficiência dos processos de patrimonialização de bens culturais. Hoje, o que ocorre dentro dos processos, muitas vezes embasados no ato do tombamento, é uma supervalorização dos técnicos especialistas, normalmente representantes do Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (arquitetos, historiadores e arqueólogos, em sua maioria), quando se fala na esfera federal. Numa polaridade disciplinar, os resultados dos processos são alcançados através de disputas entre as diferentes opiniões dos próprios técnicos e dos detentores dos conhecimentos tradicionais e dos patrimônios. Quando se fala nas escolhas que são feitas em nome

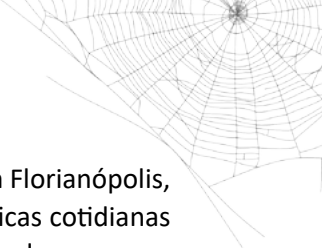
de comunidades tradicionais, muitos especialistas que não possuem a vivência e a experiência dessas pessoas integrantes desses grupos acabam por violar ou desvalorizar direitos e possíveis reconhecimentos em nome de imposições de hierarquia científica e política (KALB, 2017).

Tanto a Comissão de Patrimônio de Joinville (Comphaan) como o Serviço de Patrimônio (Sephan) de Florianópolis buscam repensar a questão da preservação *versus* o progresso dos espaços da cidade, tornando este último processos vivos de dinâmicas culturais com funções para a nova economia na contemporaneidade. No entanto, há lacunas nas ações desses grupos que, muitas vezes, deixam outros bens serem demolidos pelos proprietários ou ressignificados com um novo uso, nem sempre condizente com o “original”, podendo perder a sua autenticidade em relação ao uso para o qual foram construídos – o que pode ou não ser um problema, dependendo do que se espera com a preservação de determinado bem ou conjunto urbano. Outros exemplares, por sua vez, são abandonados ou engolidos em seus pequenos espaços pela verticalização e modernização do espaço urbano, suportando as consequências das transformações contemporâneas, deixando o instrumento de tombamento e seus efeitos jurídicos parecerem ineficientes frente à narrativa de sustentabilidade desses espaços.

Por isso, ao pensar a cidade a partir do que é publicado nas mídias locais e pelos órgãos de gestão turística e da cultura, criou-se discursos de tradição germânica, no caso joinvilense; e açoriana, no caso da capital catarinense. A tese de Hobsbawm (1983) nos auxilia a entender porque Joinville é conhecida tradicionalmente como a cidade das flores, dos príncipes, das bicicletas e, mais recentemente, da dança. Da mesma forma, quanto à cidade de Florianópolis, vista como a ilha da magia, capital manezinha. Todas essas representações imagéticas que se fazem destas cidades do estado de Santa Catarina foram inventadas, criadas pelos órgãos de gestão turística e cultural do município. Hobsbawm explica a noção de *tradição inventada* como um

conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBBSAWM, 1983, p. 9).

Consequentemente, muitos lugares que possuem práticas diferentes das esperadas por essas tradições são excluídos das escolhas dos grupos que detém o poder de selecionar, esquecer, excluir.



Outro problema enfrentado não somente em Joinville e em Florianópolis, mas também em outras cidades detentoras de edificações e de práticas cotidianas com interesse de preservação é a falta de informação sobre as formas de se preservar e a ausência de conhecimento e divulgação de incentivos fiscais. Essas questões frequentemente resultam em atitudes extremas, como incêndios criminosos, abandono do imóvel ou até mesmo demolições e reformas não autorizadas, podendo gerar multas e outras penalidades previstas nas normas legais, que tornam possível que o proprietário, na pior das hipóteses, perca a propriedade do imóvel a partir da desapropriação indireta, ou no caso de patrimônios imateriais, resulte na descontinuidade das práticas. Esses debates abrem sentidos ambivalentes relacionados à problemática do campo do patrimônio nas cidades de Joinville e de Florianópolis, que tentaremos abordar a partir do pensamento complexo.

É importante esclarecer que a noção de patrimônio que nos apropriamos é das ideias do antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2007), que trabalha com a noção de diversidade cultural como uma das formas de riqueza da nação. Ele critica a homogeneização nas cidades, advinda da globalização, que acaba por destruir as culturas locais. Essa perspectiva de Gonçalves faz com que a noção de patrimônio seja tomada como uma categoria de pensamento, partindo do conceito fenômeno total – ou fato social total –, referência criada por Marcel Mauss (1974 *apud* GONÇALVES, 2007). Essa, portanto, é uma concepção bem mais ampla e complexa, que articula as diversas esferas da vida social, obrigações, deveres, crenças e conflitos, indicando o patrimônio como uma construção ou um fenômeno social que se articula com representações políticas que expressam a identidade e a memória de determinado grupo ou nação. No âmbito das políticas públicas brasileiras, uma das formas de se patrimonializar algum bem cultural é através do tombamento. E atuando na competência municipal isso não é diferente, apesar de haverem normas legais específicas.

Em Joinville, a Lei do Tombamento é a lei ordinária municipal n. 1.773/1980 e em Florianópolis é a lei municipal n. 1.202/1974. O ato de tombamento, portanto, é uma ação administrativa advinda do Estado, podendo ser representado pelo ente federado, pelos estados ou pelos municípios. E por ser um ato administrativo, o tombamento, normalmente, é escolhido por algum grupo de pessoas que detenha poder para tanto.

A noção de identidade aqui trabalhada, com base em Anderson (2008) não supõe essencializações homogêneas ou estáticas num determinado tempo, mas assume uma condição relacional em que trata de uma construção social a partir de narrativas e discursos sempre em relação direta ou indireta com uma alteridade, muitas vezes colocando em xeque pertencimentos culturais, por isso a ideia

de uma *comunidade imaginada*. Assim, ao se falar de Joinville, se faz referência à cultura germânica, apesar de não haver uma essência germânica-joinvillense, assim como a cultura açoriana, onde também não há um *ethos* açoriano-florianopolitano.

A perspectiva de pensamento complexo objetiva a reflexão quanto à impossibilidade de simplificação do real por parte do sujeito observador. O campo do patrimônio, por muito tempo, foi discurso de disciplinas exclusivistas, como a Arquitetura e a História, prioritariamente, sem abrir brechas para estudiosos de outras áreas de conhecimento – o problema era visto e resolvido a partir de um só ponto de vista. Até que isso mudou e, atualmente por conta de uma visão antropológica moderna, o problema é solucionado por diversos vieses disciplinares. Devemos assumir, então, que não se deve desconsiderar a complexidade do real nas nossas reflexões sobre esse campo do conhecimento, especialmente, quando se fala no conhecimento advindo de sujeitos e seguir cegamente o positivismo lógico, uma vez que a relação que se tem com o mundo sugere diversas nuances que não podem ser mensuradas nem esperadas a partir do raciocínio lógico determinista (MORIN, 1996).

A concepção complexa de patrimônio dentro da retórica de sustentabilidade

Trazendo todas as problemáticas até então levantadas nesse primeiro item, que podemos visualizar no campo do patrimônio, não adstritas às localidades tomadas como exemplo – Joinville e Florianópolis – mas que poderia ser refletida em outros estados brasileiros por meio de suas especificidades locais, o que se percebe a priori é que não há soluções únicas, especialmente porque essas controvérsias não podem ser analisadas dialeticamente. Para salientar a forma como são tratadas as escolhas feitas pelos grupos detentores do poder de seleção dos patrimônios locais evidenciaremos esse ponto tomando como exemplo o que chamaremos de *retórica da sustentabilidade*.

A proposição central do discurso da sustentabilidade nos efeitos gerados pela nossa civilização se estrutura na busca de eficiência e equilíbrio no uso dos recursos do planeta. No entanto, o termo vem sendo deturpado a fim de servir como um novo rótulo de mercado, a serviço do progresso tecnológico-científico:

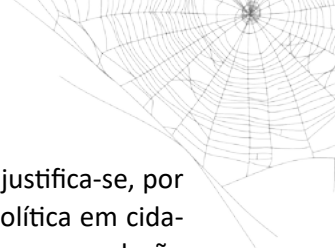
É verdade que a expressão sustentabilidade está carregada de uma força emblemática. Como um valor de época, a sustentabilidade traz consigo uma proposta transformadora para os pa-

drões de socialização da humanidade. Sustentabilidade é uma palavra diplomática e, ao mesmo tempo, fruto da articulação de uma sociedade civil planetária que se organiza e, oferecendo exemplos, dá sentido à disposição para renovar a maneira de encarar a natureza (ALEXANDRE, 2012, p. 66-67).

Acselrad (2009) concorda com esta perspectiva, pois o discurso hegemônico sobre a sustentabilidade urbana leva em consideração, portanto, um risco de meio ambiente único, sem considerar todas as heterogeneidades apresentadas nas diferentes culturas dentro das mais diversas cidades. “A ideia de risco, ainda que subentendida, está presente no debate público sobre sustentabilidade: há algo que ameaçaria romper uma trajetória de futuro esperado para as cidades” (ACSELRAD, 2009, p. 28). Nesse sentido, a ideia de sustentabilidade ou de equilíbrio, pensada dentro das grandes cidades, pode se tornar um mero jogo de palavras, quando dita em negociações políticas, que apenas se preocupam com atrativos financeiros ou investimentos internacionais. Essa é mais uma forma de se usar as culturas dos grupos sociais dentro das cidades como moeda no mercado turistificável. Logo, o espetáculo da cultura cidadina (JACQUES, 2003) não pode parar, justificando a retórica da sustentabilidade.

No entanto, não são todos os bens construídos pelo homem que têm valor cultural e devem ser preservados, pois assim estaríamos diante de um engessamento do mundo para garantir a preservação material. Mas a perspectiva de fazer durar a existência simbólica de sítios construídos ou sítios naturais ressignificados pode inscrever-se tanto em estratégias de fortalecimento do sentido de pertencimento dos habitantes a suas cidades, quanto na promoção de uma imagem que marque a cidade por sua valorização do patrimônio biofísico, estético ou cultural em sentido amplo, diversas vezes subscritas através dos processos de tombamento.

Portanto, a análise da agenda política das cidades que se apresentam como candidatas a protagonizar a sustentabilidade urbana sugere que elas pretendem inserir-se em uma continuidade temporal e espacial por meio dos procedimentos de descentralização (pela legitimação do não humano, das gerações futuras, dos parceiros inertes ou virtuais), de restauração (pela reciclagem de recursos naturais, bairros, rios, ofícios, saberes, imagens e instituições) e de interação dos fenômenos urbanos (o ar da cidade com o ar do planeta, a ocupação do solo com o abastecimento d’água, a atividades presentes e valores herdados, agências de urbanismo). A inclusão das periferias via descentralização, da memória via restauração e dos atores sociais via interação constitui, assim, procedimento discursivo de expansão simbólica de base de legitimação das políticas urbanas. A busca de um consenso urbano de tal forma ampliado espacial e temporalmente, legitimado



nos propósitos do equilíbrio biosférico e da justiça intergeracional, justifica-se, por certo, pela necessidade de prevenção dos riscos de ruptura sociopolítica em cidades crescentemente fragmentadas pelos processos de globalização e acumulação flexível (ACSELRAD, 2009).

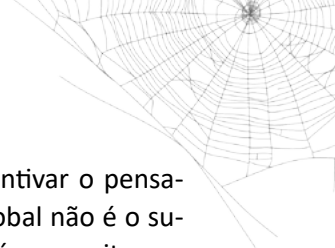
O discurso retórico de sustentabilidade, na sua visão reducionista, não considera a ideia de uma consciência da biosfera em seu conteúdo, e o objetivo básico da educação contemporânea é estimular no íntimo das pessoas o sentimento de pertencimento de uma biosfera compartilhada, conforme afirma Rifkin (2012). Segundo o autor, novos modelos que visam uma aprendizagem colaborativa, solidária e comunitária, como uma experiência fundamentalmente social, onde a biosfera faz parte do ambiente de aprendizagem, já estão em prática. Esses modelos partem do pressuposto de que o conhecimento deixa de ser encarado como elemento básico de poder e busca de interesse pessoal, passando para a noção de “uma expressão das responsabilidades compartilhadas para o bem-estar coletivo da humanidade e o planeta como um todo” (RIFKIN, 2012, p. 256).

A contribuição de Rifkin, especialmente no que concerne às formas de aprendizagem numa visão mais comunitária, auxilia no entendimento de como a narrativa de sustentabilidade muitas vezes vem forjada de sentidos políticos e mercadológicos desprovidos de uma responsabilidade pensada coletivamente. O patrimônio das cidades catarinenses entra nesta mesma esteira, vez que muitas vezes o que se ensina e se valoriza nas escolas, especialmente primárias, é muito mais a história dos vencedores e das elites do que a cultura dos bairros.

Rifkin sugere as seguintes linhas de mudanças para as universidades e escolas:

O currículo precisará focar cada vez mais em tecnologia da informação, nano e biotecnologia, ciências da Terra, ecologia e teoria de sistemas, bem como em habilidades vocacionais, incluindo o desenvolvimento e o marketing de tecnologias de energia renovável, transformar edifícios em miniusinas de energia, instalar tecnologia de armazenamento de hidrogênio e outras, instalar redes inteligentes de serviços públicos, fabricar transporte movido a célula de combustível de hidrogênio e a eletricidade, implantar redes de logística verdes e outros (RIFKIN, 2012, p. 250-251).

Novas formas de aprendizagem, tanto dentro das escolas como nas universidades e também fora delas, “favorecem um ensino interdisciplinar e estudos multiculturais” (RIFKIN, 2012, p. 267). Porém além do ensino interdisciplinar e mul-



ticultural e, portanto, com a visão mais globalizante, deve-se incentivar o pensamento local, buscando uma relação entre ambos. A democracia global não é o suficiente, se fazendo necessária uma participação em escala local, aí o respeito aos conhecedores das culturas tradicionais e seus patrimônios, seus saberes. Inclusive, o aumento de universidades públicas para inserir as pessoas no pensamento complexo e permitir maior esclarecimento quanto à democracia local certamente amenizaria os riscos de um monopólio político e da liderança perigosa por parte de exímios oradores (MORIN, 2011).

Morin (2011) sugere o equilíbrio como forma de frear a onda técnico-científico-econômica e civilizatória que leva o planeta ao desastre, apostando também em ações antagônicas: globalização/desglobalização; crescimento/decrescimento; desenvolvimento/envolvimento; conservação/transformação. Dessa forma, o mundo evoluiria em um trajeto espiral, voltando ligeiramente ao passado para se projetar melhor ainda para o futuro. Nesse sentido, as ações antagônicas dentro do campo em estudo seriam: preservação/progresso ou ainda escolhas/esquecimentos.

Um discurso sobre sustentabilidade consciente da biosfera em seu conteúdo juntamente com um sistema de educação que foca na ideia de pertencimento certamente consideram a noção de patrimônio em toda a sua complexidade. A noção do pensamento de patrimônio transcende a materialidade das cidades, pois alcança um caráter cultural complexo que envolve participação, abarcando diversas identidades cidadinas, seus valores e heranças construídos.

DA ORDEM PARA A DESORDEM: A PERSPECTIVA DO SUJEITO E O AMBIENTE SOCIOCULTURAL.

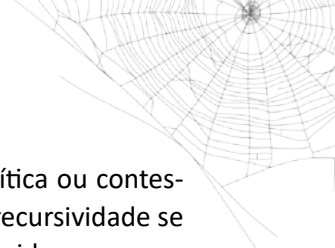
O sociólogo britânico Giddens (1997) entende que não é a crise do capitalismo como modo racional de gerenciamento econômico que acabou por dominar a nossa era. É, sem dúvida, a crise ecológica em torno da qual muitas tensões – mas também muitas possibilidades – estão agrupadas. A crise ecológica é a crise de uma “modernidade danificada”, mas não deve ser identificada unicamente com o ambientalismo. Tanto que, aqui não é nosso foco de estudo o ambientalismo em si, mas na verdade, tentar entender o porquê da modernidade estar indo ao encontro de seus limites. Mais ainda, esses limites não dizem respeito apenas, ou mesmo em primeiro plano, aos aspectos físicos do aumento populacional, pois abrange uma crise mais ampla, onde o ambiente é visto e entendido como o lugar de vivência das pessoas.

O que está em questão é, antes, chegar a um acordo com as reivindicações sociais e comunitárias que embasaram a construção da modernidade, no que se refere às mudanças contemporâneas nas cidades. O que deve ser confrontado e elucidado aqui não é uma *ecologia* nos seus aspectos físicos, mas uma “ecologia da vida” das pessoas que vivem em determinado espaço. “Uma sociedade em que muitos elementos se tornaram “plásticos” – abertos à intervenção humana, mas não realmente sujeitos ao controle humano universal – é uma sociedade em que se reivindicam iniciativas políticas que devem muito pouco às concepções clássicas de socialismo” (GIDDENS, 1997, p. 22).

Com o auxílio de compreender esse tipo de crise mencionada por Giddens, que aqui chamaremos de *crise da vida*, remetemos a Robin Fortin (2005), filósofo e estudioso do pensamento de Edgar Morin. O autor explica que os seres humanos e as sociedades compõem uma relação de recursividade, se regeneram, se reorganizam, o que faz deles seres autônomos. Por isso, as pessoas vivem da desorganização para a organização, num ciclo. As sociedades também partem da desordem, da conflituosidade, das concorrências, para depois se reorganizarem. Essa desordem é exigida pelo sistema: existir é a reorganização permanente e o reabastecimento exterior ininterrupto.

A autonomia generativa fornece à organização viva toda a informação necessária para a sua manutenção. Além disso, permite passar as suas características adiante, através da reprodução. A autonomia fenomenal permite a abertura do indivíduo com o meio exterior, com habilidades, tomadas de decisão, entre outras ações. Ambas possuem interdependência, a autonomia generativa e a autonomia fenomenal, formando o ciclo recursivo do sistema. Um ser independente necessita de sua dependência do meio ambiente, pois a auto-organização é sempre uma auto-eco-organização. Dessa forma, quanto mais autonomia tem o homem, mais dependente é da sociedade e, portanto, de sua cultura e de seu meio ambiente. O homem também possui uma dependência genética, onde suas capacidades são determinadas *na* genética, não *pela* genética. Afinal, se assim o fosse, estaríamos fadados ao essencialismo. Em outras palavras, através do aprendizado, o sistema autônomo é capaz de adquirir novas habilidades, que às vezes contrariam a genética. Portanto, não há somente a autonomia fenomenal, mas uma autonomia no paradoxo do mundo dos genes e do mundo exterior (FORTIN, 2005).

“O universo das ideias” e o “sujeito” na concepção de Morin fazem parte de um universo no todo organizado e organizador, por isso devem ser reconhecidos como organismos autônomos. E por isso, uma ideia, um mito, deve sempre estar se reorganizando, se regenerando, se ordenando após uma desordem, pois não é concebido como uma verdade absoluta e busca o aperfeiçoamento constante. Já a



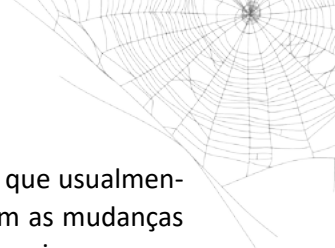
doutrina se blinda contra o meio externo, rechaçando qualquer crítica ou contestação, o que a impede de evoluir. Os conceitos de autonomia e de recursividade se apresentam também no “universo das ideias”. Estas, embora produzidas nos ecossistemas humano e cultural, também fazem com que estes se sujeitem a elas, desenvolvendo-se no seu ambiente, a *noosfera*⁴, através dessa inter-relação. Somente um pensamento complexo pode favorecer o desenvolvimento das ideias, fazendo a comunicação plena com o real. Esse é o caminho na busca para uma sociedade *realmente* civilizada (FORTIN, 2005).

As diversas formas de se legitimar um conhecimento seguem os caminhos da experimentação e do consenso entre todos. Mas esse campo é conflituoso. Disputas pela sacralização do conhecimento são constantes. Muitos grupos representantes de culturas tradicionais tentam se sobrepor a outros grupos, até mesmo aqueles grupos empoderados politicamente, em busca da legitimação de seus discursos. Devemos compreender que o ser humano, ao receber uma informação do meio em que vive, o faz através de representações, logo, os conhecimentos determinados pelas pessoas não devem ser encarados como verdades absolutas. Outros conhecimentos que adquirimos no andamento da vida são obtidos através da cultura: a sociedade é criada através de interações entre indivíduos que criam qualidades como a linguagem e a cultura. Esta última retroage no espírito/cérebro e também molda o pensamento humano, além de ter sido criada por ele. Portanto, todo conhecimento recorre às virtualidades do sujeito nas dimensões biocerebral, sociocultural e noológica, sendo necessária não somente a introdução do objeto no sujeito, mas do sujeito no objeto (FORTIN, 2005).

Em análise do entendimento de Morin, a cultura é o capital humano mais fundamental e é o que condiciona o desenvolvimento das sociedades. A linguagem, por sua vez, é própria do homem, é ela que dá vida e enriquece as ideias, interliga o biológico, o humano, o cultural e o social. Há uma diversidade e uma unidade humana: todos os seres humanos são capazes de sentir e demonstrar sentimentos bons e ruins, independente da cultura e sociedade em que vivem, apesar de exprimi-los de forma diferente. Fortin (2005) discorre sobre os aspectos que Morin identifica nos seres humanos: seguindo a abordagem do amor para si e do amor para outrem, ao se comunicar com outra pessoa, o ego descobre uma intersubjetividade, fazendo com que essa comunicação seja realizada numa esfera psíquica, de forma quase imediata.

Portanto, o repertório sociocultural do sujeito é construído a partir de sua relação biológica, de alteridade, noológica e sob uma perspectiva sociocultural. As pessoas que vivem durante muitos anos num mesmo lugar, ou ao menos, numa

4 Universo das ideias. As ideias habitam nosso espírito, portanto, *noosfera* é o nosso espírito.



mesma cidade, sentem os espaços civilizados de modo diverso das que usualmente se mudam de lugar a lugar. Os ditos ‘moradores locais’ observam as mudanças na urbe em conformidade com as diferentes fases da vida. Quando criança, esses moradores locais têm algumas percepções que vão transmutando ao longo da vida. E quando já idosos, esses moradores podem comparar seus discernimentos com momentos juvenis.

Desta forma, podemos exemplificar esta questão, observando como as pessoas agem ao se mudarem de cidade, especialmente, quando há uma transição cultural significativa. Imaginemos um morador de Florianópolis, notadamente conhecido por ‘manezinho’⁵, nascido e criado na capital de Santa Catarina. O contato com o mar, com seus vizinhos, quem sabe seja um morador de um bairro periférico, no sul da Ilha, talvez seja um pescador. Toda a sua vivência foi naquele universo. Repentinamente, esse sujeito se muda com a família para a capital paulista, São Paulo. Como ele reagiria a essas mudanças? A euforia da grande cidade, representada no barulho, no ar muitas vezes poluído, na loucura da urbe, traria novas referências para esse sujeito, que detinha um repertório sociocultural um tanto distinto. Tanto referências positivas como negativas podem ressignificar a sua existência. Pode-se identificar semelhante abordagem na análise de Durkheim (2008) sobre o estado de anomia social causado pelo enfraquecimento das instituições sociais do século XIX.

Porém, o homem, mais que um simples ser que vem se ressignificando durante as fases da vida, possui, além de sua característica *sapiens*, um elemento *demens*. Além de inventar vários tipos de ferramentas, de ideias, a própria ciência e sua própria cultura aliada à linguagem, ele também foi capaz de muitas atrocidades, crueldades, barbáries. Isso demonstra que a racionalidade não é suficiente para exprimir o ser humano, refém de suas pulsões, afetividades, sentimentos. A afetividade – ponte comunicadora do *demens* com o *sapiens* – é importante pois é capaz de feitos incríveis, inovadores.

“O *homo sapiens* está cedendo ao *homo empathicus*. Segundo os historiadores sociais, a empatia é a cola social que permite que populações cada vez mais individualistas e diversas formem vínculos de familiaridade por domínios mais amplos, de modo que a sociedade possa se tornar mais coesa. Sentir empatia é tornar-se civilizado” (RIFKIN, 2012, p. 257).

5 Manezinho seria um morador local da cidade de Florianópolis, que possui certo sotaque marcante à região, que se caracteriza por uma fala rápida e, às vezes, incompreensível para quem não é de dentro, especialmente em razão das expressões locais.

No entanto, se a afetividade ou a empatia não for controlada, conduz à demência. O homem não é ora *sapiens*, ora *demens*. Ambos se complementam, são contidos simultaneamente. O homem também é *consumens*, na sua ânsia pela despesa, pelo consumo; é *estheticus*, no sentimento invocado pela admiração da beleza; é *ludens*, abrindo espaço para a criatividade, a inventividade, o imaginário; também é *poeticus*, quando o prosaico dá lugar à alegria, à arte, à leveza. Portanto, se é *homo* em todas essas dimensões, podemos concluir que é *complexus* (FORTIN, 2005). E a crise ecológica, acima mencionada, também pode estar ligada a estas dimensões do sujeito.

O relacionamento entre as pessoas somente é alcançado através da linguagem, da sociedade e da cultura. A cultura que é a identidade da sociedade, o seu gene (FORTIN, 2005). Desse modo, podemos pensar que as cidades contemporâneas que possuem traços culturais, como exemplificadas as cidades de Joinville e de Florianópolis nos itens anteriores, que são coabitadas por ‘moradores locais’, detêm uma autonomia viva fundamentalmente recursiva e interativa. E, portanto, estas sociedades se reorganizam e se ressignificam gerando novos processos construtivos e afetivos.

A valorização da cultura local nestas cidades é vista como diferencial quando se fala em cidades que buscam se destacar em meio ao *marketing* turístico o que, muitas vezes, coloca os sujeitos detentores dos saberes tradicionais ou das práticas cotidianas vislumbradas como patrimônios vivos em posições inferiores aos grupos técnicos que ainda detêm o poder de escolha e de gestão desta identidade local.

À luz dessas discussões, verifica-se que o progresso técnico-científico-econômico não vem atendendo por completo as expectativas de solucionar os problemas contemporâneos e as necessidades de proteção do patrimônio cultural das cidades. Assim, o que se verifica é que apesar do esforço despendido pelos grupos técnicos da Comphaan e Sephan para proteger esses espaços urbanos que abrigam bens culturais, eles ainda acabam por sofrer as consequências da insustentabilidade do desenvolvimento. Afinal, apenas uma resposta tecnicista, que não abrange o olhar local e outras formas de aprendizagem comunitária, deixam esses patrimônios à deriva da perspicácia mercadológica, em meio a agendas políticas de turistificação e espetacularização da cultura.

Para Morin (2011), a política é uma arte, e deve sempre navegar entre a política do real e a política do ideal. Ele propõe uma política planetária, que possa melhorar a relação entre os humanos, que reconstrua a economia e que tenha pensamento complexo. Uma governança mundial que previna guerras, que aplique normas ecológicas, reduza a enorme desigualdade, que adote todos os aspectos

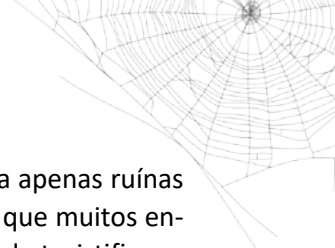
positivos do ocidentalismo e despreze a hegemonia do lucro, a economia calculista, o domínio da racionalização sobre a racionalidade aberta. Que promova o resgate dos países mais pobres por parte dos mais ricos, numa relação de dar e receber. Permitindo a mestiçagem, essa política deve promover a diversificação cultural e as simbioses, lutando contra preconceitos, preservando os conhecimentos tradicionais e respeitando grupos culturais em seus próprios espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A epistemologia da complexidade, a partir da abordagem do sujeito e das sociedades, sob a ótica de uma educação contemporânea que visa o discurso de sustentabilidade consciente e, portanto, não reduzida a uma retórica, podem auxiliar no entendimento de algumas problemáticas do campo do patrimônio, vislumbradas em duas cidades catarinenses. Essas problemáticas levantadas, especialmente no que se refere à forma com que os grupos de poder escolhem e selecionam certos patrimônios e deixam outros serem esquecidos ou engolidos pela urbanização contemporânea, fazem parte de uma compreensão mais ampla: a ideia de patrimônio abrange o meio ambiente como um lugar de vivência das pessoas, onde são produzidas a linguagem e a cultura.

Os novos usos dos espaços urbanos do passado tombados ou inventariados dificultam o trabalho dos profissionais técnicos do campo do patrimônio e também dos que elegem o que será protegido. Essa dificuldade está em como lidar com o esquecimento *versus* a preservação, conforme ações antagônicas mencionadas no item 2. Os técnicos do patrimônio, profissionais do Iphan, no âmbito federal, a Fundação Catarinense de Cultura – FCC, no estado de Santa Catarina, e a Comphaan, através da Secult em Joinville e a Sephan, através do IPUF em Florianópolis, ambas na função municipal, são os que elegem os patrimônios da cidade, por sua vez, são os grupos politicamente empoderados. Mas não são somente eles que fazem essas escolhas. Há outros grupos, não-técnicos, socialmente empoderados, que também escolhem, embora não tenham poder político, pois, como vimos no item 3, as sociedades e o “universo das ideias” apresentam relações recursivas com o seu meio, se reorganizam, e devem ser despidas de doutrinas e verdades absolutas.

As dificuldades surgem porque, de um lado, os processos de restauração, por exemplo nos casos edificados, desconfiguram as marcas do passado deixadas sobre um determinado bem material, gerando muitas vezes simulacros, pastiches e simulações indesejadas, embora também produzam belos resultados arquitetônico-estéticos quando há restaurações bem empregadas. Por outro lado, se não



houver ações restauradoras, ainda que em bens protegidos, haveria apenas ruínas contemporâneas por todo o espaço urbano, marcas deixadas, pelo que muitos entendem, como desleixo, feiura e decadência. Nesse sentido, a ideia de turistificar a cultura cai por terra.

Assim, privilegiar a autenticidade material e, portanto, a originalidade estrutural de patrimônios edificados acaba por elitizar as escolhas. A desigualdade é flagrante quando ocorre a apropriação do patrimônio. Primeiro, por haver hierarquias de capitais culturais e, depois, porque, ao invés de salvaguardar os modos de fazer e as memórias, tanto a lei como os atores sociais envolvidos no campo do patrimônio investem apenas na preservação da materialidade do bem cultural, em meio à ‘angústia’ entre ‘ser genuíno’ ou ser metáfora de ruínas que restam do passado. Também as práticas culturais, se ‘restauradas’, não passam de ficção.

Embora exista desde início dos anos 2000 o decreto federal que protege por meio do registro os bens imateriais, essa norma 3.551/2000 não passa de uma ‘indústria de selos’: selos de autenticidade, selos de originalidade, selos de procedência.

Há, porém, muitas exceções a essa afirmação, porque pessoas realmente foram e vêm sendo empoderadas socialmente a fim de escolher seus patrimônios: como é o caso do projeto de lei que está em análise pela Procuradoria do Município, criado dentro da extinta Fundação Cultural de Joinville, hoje Secult, com a participação direta da população envolvida que reconhecerá as práticas dos mestres das culturas tradicionais e populares como modos de se fazer; e também no caso do registro pela Fundação Catarinense de Cultura da festividade da Procissão do Senhor dos Passos, que há 250 anos ocorre em Florianópolis.

O decreto n. 3.551/2000 que prevê o registro de bens imateriais é uma indústria de selos também, pois se as práticas ainda continuam, sistematicamente, a ser executadas, passando seus segredos, seus ritos e suas mensagens para frente, não precisariam necessariamente ser preservadas por um órgão governamental. No entanto, se determinada comunidade deixa de praticar tal modo de fazer, surgiria uma preocupação de cunho pedagógico. Porém, ainda assim seria uma busca pela perpetuação, evitando, dessa forma, um vazio existencial. O medo da perda ressurgiu, resignificado. Mas a quem interessa aquele modo de fazer? Se a resposta vier com tom elitista e autoritário, como vem sendo praticado desde a fundação desses grupos de poder de Joinville e Florianópolis em meados dos anos oitenta por meio das entidades públicas, então não será a própria comunidade supostamente empoderada que irá deter esse interesse.

Portanto, as formas de educação e de aprendizagem contemporânea que não abrangem um pensamento complexo da noção de patrimônio das cidades são

um dos aspectos que evidenciam as possíveis respostas aos questionamentos feitos na introdução desse estudo. Enquanto os patrimônios das cidades forem escolhidos exclusivamente pelos grupos técnicos ou ainda, esses espaços urbanos continuarão a ser pensados com base no ideal sustentável que se discursa nas agendas políticas atuais, a imagem de determinados locais continuará a ser um espetáculo à venda através de atos administrativos ditos tombamentos ou inventários. Essa prática torna ineficazes as escolhas de “baixo para cima” de grupos empoderados socialmente. Ambas as formas de escolha e seleção devem trabalhar com harmonia. É um desafio.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 256p.

ALEXANDRE, A. F. **Práticas ambientais no Brasil**: definições e trajetórias. Florianópolis: UFSC, 2012.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRASIL. **Decreto n. 3.551 de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

DURKHEIM, É. **O suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

FLORIANÓPOLIS, P. D. **Lei n. 1.202, de 2 de abril de 1974**. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município e cria o órgão competente.

FORTIN, R. **Compreender a complexidade**: introdução ao método de Edgar Morin. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. Trad. de Comprendre la complexité, 2005.

GIDDENS, A. **Política, sociologia e teoria social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. Trad. Cibele S. Risek. São Paulo: Fundação Ed. UNESP. 335p., 1997.

GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Iphan, 2007.

HOBBSAWM, E. A invenção das tradições [Introdução] p. 9-24. *In*: HOBBSAWM, E. e RANGER, T. (org). **A invenção das tradições**. Trad. Celina C. Cavalcante. [título original: *The invention of traditions*, 1983.] São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008. 158p.

JACQUES, P. B. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? **Revista Urbanismo e Arquitetura**. v. 6, n. 1, 2003.

JOINVILLE, P. D. **Lei municipal n. 1.773, de 10 de dezembro de 1980**. Joinville. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e natural do município de Joinville.

KALB, C. H. **Do instante esplêndido à decadência**: patrimonialização e judicialização do Cine Palácio de Joinville (no prelo). Tese de Doutorado. Orientadora Prof. Dra. Maria Bernardete Ramos Flores. Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

LONDRES, C. Patrimônio e performance: uma relação interessante. *In*: TEIXEIRA, J. G. L. C. E. A. (org.) **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: ICS-UnB, 2004.

MORIN, E. A Noção de sujeito. *In*: SCHNITMAN, D. F. **Novos Paradigmas, Culturas e Subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. Trad. de *Nuevos Paradigmas, Cultura y Subjetividad*, 1994.

MORIN, E. **La vía para el futuro de la humanidad**. Barcelona: Paidós, 2011. trad. de *La Voie*, 2011.

RIFKIN, J. **A Terceira Revolução Industrial**: como o poder lateral está transformando a energia, economia e mundo. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2012.